



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 26/2023

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 12/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

A licitação foi deflagrada a partir de solicitação expressa do Secretário Municipal de Saúde, senhor Alfeu Mussolino. O prefeito Martins Dias de Oliveira autorizou a abertura do processo de licitação.

A licitação em tela é explícita no sentido de que a administração optou pela licitação nos moldes da Lei nº 8666/93.

Foram anexados os orçamentos fornecidos pelas empresas SAFRAMED, MEDISERV e DENTALMIX, Minutas do Edital e Contrato e o Termo de Referência.

Ao processo foi anexado documento consistente em fonte de recursos para a aquisição dos medicamentos, fornecido pela contadoria municipal.

Em síntese o Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO:

O artigo nº 191, da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.



A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos ser objetivamente definidos em Edital.

O processo licitatório foi instaurado para atender pedido de compra de medicamentos efetuado pelo Sr. Alfeu Mussolino, secretário municipal de saúde da prefeitura de Porto Esperidião/MT.

O solicitante justificou que a compra tem a finalidade de atender os usuários do Sistema Único de Saúde-SUS, no âmbito do programa da Atenção Básica de Saúde. Aduziu que os medicamentos serão utilizados e distribuídos pelas unidades de saúde do município, farmácia básica e CAF e que os medicamentos são insumos estratégicos de suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções constantes no tratamento o que afeta a qualidade de vida dos usuários e a credibilidade dos serviços farmacêuticos.

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a aquisição de medicamentos para atendimento de usuários do sistema SUS no âmbito do programa ATENÇÃO BÁSICA. O objeto da licitação, ou seja, aquilo que vai ser contratado, está devidamente especificado de forma clara, objetiva, convenientemente definida no edital afim de que os licitantes possam atender fielmente ao desejo da prefeitura na licitação.

A Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara

O pedido apresentado pelo solicitante Secretário Municipal de Saúde, o Edital e o Termo de Referência descrevem adequadamente os medicamentos que serão licitados, contendo na relação de itens a descrição do medicamento, quantidade e valor médio. Ressalvando-se que a Minuta do Edital e o Termo de Referência não tratam a respeito da qualidade, forma de apresentação do medicamento ou mesmo referência de marcas conhecidas no cenário nacional, o que enseja a adequação do processo.

Estão anexados os orçamentos para balizar os preços dos medicamentos que serão adquiridos. Convém anotar que a realização de pesquisa de preços para elaboração de orçamento básico de licitação com respaldo apenas em consulta a empresas privadas não atende o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/1993, que estabelece que as compras devem balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração



Pública, os quais, no caso de medicamentos e correlatos, estão disponíveis no Banco de Preços em Saúde, do Ministério da Saúde, entre outros bancos de dados;

A licitação pode ser realizada na forma do pregão por ser um bem comum, ou na forma do registro de preços. O pregão deverá ser realizado na forma, nos termos do art. 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005. Pode ser realizado na forma presencial nos casos de comprovada inviabilidade, com justificativa no processo de licitação.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência estima as quantidades de medicamentos a serem adquiridos, mas não a efetiva quantidade que será adquirida efetivamente, haja vista que que depende da demanda apresentada no decorrer da validade da ata de registro de preços, portanto, vislumbram-se situações que possam resultar em alterações, o que justifica o registro de preços.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Assim sendo, o Edital, anexos e a minuta da Ata de Registro de Preços, com ressalvas sanadas, passam atender à legislação pertinente, ficando o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 12 de junho de 2023.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 8841-B